



Conselho Municipal de Assistência Social
Lei Municipal nº 4537 de 18/04/2007



Rua Paraná, 5000 - Centro - Cascavel - Paraná

Fone/Fax: (45) 3321-2273/3321-2366

Reunião Extraordinária

29/04/2008

1 Aos vinte e nove dias do mês de abril de 2008, às 08:30 horas,
2 aconteceu a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de
3 Assistência Social, com a presença de seus membros para tratar do
4 seguinte assunto de pauta: **1 – Plano de Ação 2008/SUAS Web**. O
5 Presidente do CMAS Vanderlei Augusto da Silva, dá início à reunião,
6 agradecendo a presença de todos. Questiona se algum Conselheiro
7 gostaria de incluir algum ponto de pauta. Diz que hoje tem apenas um
8 ponto de pauta, e que a Comissão de Projetos se reuniu ontem, na sala
9 da Secretaria Executiva, para discutir o assunto e passa a palavra para
10 Janete, Secretária Executiva do CMAS, para expor a respeito do plano.
11 Janete fala que a reunião extraordinária está sendo realizada diante da
12 necessidade de aprovar o Plano de Ação, sendo que o sistema online
13 fecha essa semana, e o Conselho só foi comunicado a respeito na
14 semana passada. Janete lê o parecer da comissão a todos os presentes.
15 Diz que anexo ao Parecer está os instrumentos do Plano. Veralúcia lê o
16 anexo 1 do Plano de Ação do SUAS/Web. Diz que esse ano é a primeira
17 vez que o Ministério de Desenvolvimento Social - MDS disponibiliza aos
18 municípios para fazer alterações no Plano. Fala que no anexo à questão
19 do Agente Jovem está em branco, pois o programa está passando por
20 alterações. Janete fala que o agente jovem, está em processo de
21 extinção, e que a nova proposta é o Pró-Jovem. Veralúcia retoma a
22 leitura do anexo, fazendo a explicação do mesmo. Santo fala que a
23 questão da demanda de família, o município apresentou um caso
24 familiar complicado, mas que já foi resolvido. Veralúcia fala que é
25 complicado colocar uma questão destas no Plano, pois é necessário ter
26 uma real demanda, sendo que o Ministério ao receber os dados,
27 subentende a demanda e envia ao Município o dinheiro para então
28 executar a mesma. Janete fala que a Secretaria já está com dificuldade
29 de atender a demanda do idoso vítima de violência, que é uma das
30 prioridades, diante disto a impossibilidade de abrir uma outra demanda.
31 Janete questiona qual o recurso mensal que o governo encaminha à
32 Secretaria. Marcos fala que em média uns 100 mil reais. Vera continua a
33 leitura. Janete questiona se os 17 mil repassados para o RBC
34 (Reabilitação baseada na Comunidade), pode também financiar o Centro
35 Dia. Vera fala que pode financiar o Centro Dia para pessoas com
36 deficiência, mas não há esse programa, tanto que a entidade APAE
37 apresentou um projeto para desenvolver o Centro Dia, mas como este
38 projeto não foi aprovado pelo Conselho, devido algumas irregularidades,
39 esse dinheiro é repassado somente para o RBC. Janete fala que a
40 APAE apresentou o projeto ao Conselho, que o examinou, mas a
41 proposta não atendia a real finalidade de Centro Dia para pessoa com
42 deficiência. Vera fala que outra modalidade que o Município poderia
43 aplicar este recurso, é o Cuidado em Domicílio, mas que hoje essa
44 demanda é atendida pelo programa PAID da Secretaria de Saúde, e faz
45 o término da leitura do anexo. Maria Lúcia questiona se esses valores
46 que constam no anexo vêm do Ministério. Vera fala que sim, mas que

47 este ano eles concederam a oportunidade do município de alterar a
48 demanda. Marcos fala que ao se concretizar o Plano com os dados reais
49 da demanda do Município, há grandes chances do Ministério financiar
50 toda ela, pois sempre há saldo remanescente. O Presidente questiona
51 se algum conselheiro tem alguma consideração a respeito da aprovação
52 do Plano. Ellarita fala que é baixo o número das demandas apresentada
53 no Plano. Maria Lúcia questiona como foi realizada a elaboração deste
54 Plano dentro da Secretaria. Vera fala que foi feita a partir de relatórios
55 apresentados à Secretaria. Maria Lúcia questiona se o pessoal da base
56 das políticas e das entidades participou da elaboração do Plano. Janete
57 fala que não, mas os gerentes das áreas dos programas participaram da
58 elaboração. Vera fala que foi utilizado os relatórios das ONGs, e também
59 a demanda reprimida apresentada ao Ministério. Diz que a Secretaria se
60 baseou em dados reais e documentados. Maria Lúcia fala que várias
61 vezes quem realiza esses projetos acaba não conhecendo a real
62 situação da problemática, e diante disto as metas não são atendidas,
63 sendo que quem desenvolve a política na base é que conhece a
64 situação real. Vera fala que diante disto é importante um sistema de
65 monitoramento de dados dentro da Secretaria, pois hoje é trabalhado
66 com os dados disponibilizados através de relatórios. Maria Lúcia fala que
67 como conselheira, sente a dificuldade de aprovar o que é apresentado
68 na plenária do Conselho, sem uma leitura prévia dos documentos. Diz
69 que seria importante que o Conselho disponibilizasse a cópia destes
70 documentos antes das reuniões, pois assim os conselheiros já teriam o
71 conhecimento prévio do assunto. Maria Lúcia sugere que se faça uma
72 ressalva ao MDS para que o Conselho tenha maior prazo, para análise e
73 elaboração de documentos. Vanderlei fala que realmente esta falta de
74 tempo hábil acaba atrapalhando o desempenho de análise do Conselho.
75 Santo fala que a grande oportunidade para se discutir estas questões é
76 nas Conferências que são realizadas a nível nacional. Marcos fala que
77 partindo desse pressuposto, a discussão não é com o MDS, mas sim na
78 criação de um sistema de monitoramento de dados dentro da Secretaria.
79 Diz que é responsabilidade do Município ter esses dados disponíveis,
80 mas que hoje não tem recursos humanos. Fala que o prazo
81 disponibilizado é suficiente, e o que falta é organização do Município em
82 questão de monitoramento de dados. Veralúcia fala que é de extrema
83 importância este sistema de monitoramento, não apenas dos programas
84 do município, mas de toda a demanda reprimida apresentada, para que
85 o Conselho e a Secretaria tenham uma maior visão da real situação.
86 Vanderlei fala que este assunto, é muito extenso e deve ser discutido na
87 reunião ordinária. Vanderlei coloca o Parecer da Comissão de Projetos
88 referente ao Plano de Ação 2008/SUAS Web em votação, o qual é
89 aprovado por unanimidade de votos. Janete comunica a todos os
90 presentes que no dia 13 de maio será realizada a I Conferência
91 Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, e todos os conselheiros estão
92 convidados para participar da mesma. Vanderlei fala que dia 16 de maio,

93 será realizado o Fórum de enfrentamento ao abuso e à exploração
94 sexual da criança e do adolescente, e que Veralúcia estará distribuindo
95 os folders para o mesmo e lembra a todos os conselheiros que a
96 próxima reunião do Conselho será realizada na entidade CEMIC, sendo
97 a primeira reunião descentralizada. Não havendo mais nenhum assunto
98 a ser tratado, o Presidente do CMAS, Vanderlei Augusto da Silva,
99 encerra a reunião, e eu, Ana Paula Zorik lavro a presente ata que, após
100 lida e aprovada, será assinada por mim e pelo presidente.